LESBOFOBIA ALGORÍTMICA:

RASTROS DE INVISIBILIDADE E VIOLÊNCIA NAS PLATAFORMAS[[1]](#footnote-1)1

Julianna Paz Japiassu Motter[[2]](#footnote-2)2;

**RESUMO**

A partir de um mapeamento de fatos e acontecimentos em diferentes plataformas, o presente artigo apresenta o conceito de lesbofobia algorítmica para refletir sobre a maneira como as discriminações e opressões sistêmicas, como a lesbofobia, estão também engendradas nas estruturas das tecnologias digitais. Não tratando-se apenas de episódios isolados ou de erros do sistema, mas de provas constitutivas contra a falácia da neutralidade tecnológica. Através de uma abordagem cartográfica, o trabalho segue a diferenciação proposta por Tarcizio Silva (2020a) entre algoritmo racista e racismo algorítmico, assim como o conceito de microagressões (SILVA, 2020 apud PIERCE, 1969; 1970) trazido pelo autor e sua aplicabilidade nas tecnologias digitais, ampliando a discussão para as expressões lesbofóbicas também presentes nessas tecnologias. Os casos apresentados têm a heterossexualidade compulsória e a cisnormatividade como modelos de comportamento, moral e corporeidade, (re)mediados e impulsionados, também, por essas tecnologias digitais e de automação. O mapeamento proposto defende a nomeação da lesbofobia algorítmica para que seja possível dar conta de um fenômeno que não é isolado, mas sim estrutural.

**Palavras-chave:** lesbianidades; lesbofobia algorítmica; plataformização; invisibilidades; rastros.

**1 INTRODUÇÃO**

A proposta do presente trabalho é, a partir do conceito de racismo algorítmico (SILVA, 2020a) e da abordagem metodológica de sistematização proposta por Tarcízio Silva (2020a), refletir sobre as diferentes maneiras como as demais discriminações e opressões sistêmicas também estão engendradas nas diversas estruturas das tecnologias digitais. Através do mapeamento de expressões e respostas lesbofóbicas, pretende-se demonstrar que não se trata apenas de episódios isolados ou de erros e *bugs* do sistema, mas de provas constitutivas contra a falácia da neutralidade tecnológica.

A partir da diferenciação proposta por Tarcizio Silva (2020a) entre algoritmo racista e racismo algorítmico, assim como do conceito de microagressões (SILVA, 2020 *apud* PIERCE, 1969; 1970) trazido pelo autor e, sobretudo, de sua aplicabilidade nos estudos das tecnologias digitais, intenciona-se ampliar a discussão sobre manifestações lesbofóbicas nas diferentes tecnologias digitais, podendo construir a noção de uma lesbofobia algorítmica que auxilie na elaboração de análises teóricas — e, principalmente, respostas — para um fenômeno que não é isolado, mas sim estrutural.

Autores/as como Tarcizio Silva (2020a; 2020b), Safiya Noble (2018) e Taina Bucher (2018) são algumas das referências de pesquisadores/as que propõem análises críticas dos crescentes processos de plataformização das sociedades contemporâneas. Autores/as que não se detêm apenas aos aspectos econômicos envolvidos no que tem sido chamado de capitalismo de vigilância, mas que, para além, apresentam abordagens que trazem olhares sobre os aspectos semióticos e materiais que têm sido (re)produzidos e mediados pelas tecnologias digitais. Ainda, abordam de quais maneiras tais aspectos são responsáveis por (re)instaurar regimes de (in)visibilidades (FOUCAULT, 1987), especialmente no que se refere às populações historicamente vulnerabilizadas, como são grupos construídos discursivamente e materialmente de maneira minorizada.

Refletir sobre fenômenos e processos sociais em contextos de plataformização (VAN DIJCK; POELL; WAAL, 2018) exige saídas metodológicas engenhosas que possam dar contorno e traços de nitidez à processos que, usualmente, são bastante opacos e de muita fluidez. Para isso, as estratégias cartográficas escolhidas para este trabalho têm como propósito conseguir abarcar a complexidade das redes sociotécnicas envolvidas — que compreendem entidades instáveis, tais como os algoritmos, os próprios dispositivos e suas interfaces —, o contexto social e econômico no qual estão inseridos, a apropriação realizada pelos usuários, as atualizações dos desenvolvedores, os processos de coprodução, etc.

A cartografia, no entanto, não é apenas uma escolha de abordagem metodológica, mas um posicionamento epistemológico, visto tratar-se do acompanhamento de processos, mais do que uma coleta de dados, e acreditando que esse percurso é fundamental no mapeamento das micropolíticas. Não se tratando, por isso, de uma metodologia meramente prescritiva (PASSOS; BARROS, 2015), mas de um processo de (re)descobertas metodológicas.

Quando pensamos, por exemplo, nas criações imagéticas a partir de algoritmos, pensamos, em geral, na criação de mundos distópicos em jogos de realidades virtuais. Mas, em primeiro lugar, é preciso ampliar o sentido de imagem mencionado aqui. Não se trata apenas do sentido da visualidade, mas da imagem enquanto um emaranhado de construção de sentidos e imaginários sobre as coisas. Em segundo lugar, compreender que os processos de plataformização da sociedade (VAN DJICK; POELL; WAAL, 2013) fazem com que algoritmos (re)criem imagens o tempo todo, haja vista que a maior parte dos processos e das interações sociais são, hoje, (re)constituídos — e (re)mediados[[3]](#footnote-3) — a partir de algoritmos.

Neste sentido, imagens criadas por algoritmos não são meramente visuais, mas estratégias de organização de sentidos e imaginários. É possível citar alguns exemplos: uso de plataformas e aplicativos de redes sociais para interações com amigos, colegas de trabalho, família ou mesmo registro audiovisuais; aplicativos para registro e resgate de memórias; aplicativos de controle de tempo, calendários, acompanhamento de saúde; uso de tecnologias vestíveis; locomoção, deslocamento, etc.

Pesquisas como a de Silva (2020a; 2020b) se localizam na necessidade de compreender como essas tecnologias digitais têm mediado violências estruturais. E isso significa que não basta mais olhar apenas para a superfície dos discursos “visíveis” — ou melhor, explícitos — dentro e a partir dessas tecnologias, especialmente no caso de interações entre os indivíduos — como a propagação do discurso de ódio —, mas que é preciso atentar, principalmente, para aqueles discursos tão profundamente engendrados no funcionamento da própria estrutura, que passam despercebidos ou de forma naturalizada, a partir de um discurso de neutralidade tecnológica, intencionalmente construído.

Há uma diferença no que significa perceber e reconhecer os *bugs* de determinados aplicativos, ou seja, o que realmente são erros ou falhas de funcionamento, daqueles que são, essencialmente, expressões, conscientes ou não, de valores sociais e/ou morais (re)produzidos nas/pelas próprias estruturas. É verdade que, historicamente, os modos de produção no campo tecnológico privilegiam treinamentos e produções enviesadas em seus sistemas. Incorporando, por exemplo, ideologias opressoras, discriminatórias e excludentes de seus/uas idealizadores/as. Além disto, são sistemas que, por vezes, são alimentados a partir de bases de dados que por si só já espelham as desigualdades e as discriminações vigentes na sociedade. São muitos os fatores no modo de produção, e mesmo na alimentação dos algoritmos, que fazem com que eles já sejam desenvolvidos replicando recortes discriminatórios presentes, tanto nos dados primários aos quais eles têm acesso, quanto em sua concepção de utilidade/funcionamento.

Inspirada na Linha do Tempo do Racismo Algorítmico, proposta por Tarcizio Silva (2020b), o objetivo do presente trabalho é o de mapear fatos e acontecimentos que possibilitem demonstrar um enredamento que constitui e comprova aquilo que deve passar a ser referido enquanto lesbofobia algorítmica. Neste primeiro momento de realização da pesquisa, os casos escolhidos foram (1) denúncias feitas por usuários e (2) registros do próprio funcionamento das plataformas. Ambos dizem respeito a algumas das plataformas mais importantes da atualidade: o buscador da Google, o YouTube, o Facebook, o Twitter e o Instagram.

Após esta introdução, o artigo se divide em outras quatro partes: uma discussão metodológica, que parece fundamental para situar o papel dos estudos sobre gênero e sexualidades dentro do contexto de plataformização; uma apresentação das descobertas e percursos produzidos; uma discussão sobre o que foi mapeado e apresentado e, por fim, uma conclusão que, verdadeiramente, pretende se estabelecer mais enquanto uma continuação para um campo que permanecerá em processo de (re)descobertas.

**2 (RE)DESCOBERTAS METODOLÓGICAS**

Primeiro, é preciso registrar que a abordagem cartográfica aparece neste trabalho também enquanto um posicionamento crítico diante das tendências cartesianas e positivistas nos estudos sobre tecnologias digitais e os processos de plataformização. Estudos esses que procuram, por meio da facilidade de acesso a um grande volume de dados, um tipo de confirmação de que os conhecimentos a respeito das tecnologias digitais e, especificamente das plataformas, só podem ser formulados a partir e através do grande fluxo de dados presentes nesses espaços. Esse tipo de abordagem, talvez sem perceber, busca legitimar a existência de uma neutralidade através do imenso volume de dados: neutralidade que não existe nas escolhas de pesquisa, que são sempre situadas (HARAWAY, 2009), e nem nos dados — enviesados a priori — que estão presentes e são fornecidos pelas plataformas.

Assim, assume-se como um posicionamento epistemológico e ético o pressuposto de que “a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 2009, p. 21). Por este ângulo é que, também,

﻿Consideramos que uma das maiores contribuições da cartografia é a problematização da posição do pesquisador e do ato de pesquisar, onde a pesquisa é tomada como um campo de experimentação, atravessado pelo regime da sensibilidade. Não existe um campo constituído a priori e um pesquisador neutro em relação a ele, operando uma “coleta de dados” - como se os dados estivessem prontos, esperando o momento ‘certo’ para serem coletados. a coleta de dados só pode ser operada no encontro entre o pesquisador, suas ferramentas conceituais e o campo, encontro esse que pode modificar tanto o pesquisador quanto apontar os caminhos possíveis para a constituição de um campo (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011, p.457).

É neste sentido da experimentação do/a pesquisador/a, sempre quando de encontro com seus objetos — que dificilmente vão se tratar de entidades fixas e descontextualizadas, em especial nos estudos sobre tecnologias digitais e plataformas, espaço-tempo-território onde este trabalho se desenrola —, que não se trata apenas da previsão e/ou descrição dos passos para a realização de uma pesquisa. Não diz respeito apenas à uma escolha metodológica, mas à uma abordagem processual do saber-fazer conhecimento que se dá em um processo de acompanhamento das (re)descobertas. Isto porque a cartografia é, sobretudo, o acompanhamento de processos, que defende essa contingência como algo fundamental no mapeamento das micropolíticas.

﻿A cartografia, enquanto um dos princípios deste campo de multiplicidades e de variação contínua que caracteriza o rizoma, é tomada como um mapa em constante processo de produção, instaurando um processo de experimentação contínua capaz de criar novas coordenadas de leitura da realidade, criando uma ruptura permanente dos equilíbrios estabelecidos. Com este procedimento cartográfico colocam-se em questão as hierarquias e fronteiras que dividem os campos de conhecimento e propõe-se uma recriação permanente do campo investigado (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011, p.457).

Assim, não se trata somente de uma metodologia prescritiva (PASSOS; BARROS, 2015), mas de um processo de (re)descobertas metodológicas. “﻿A análise aqui se faz sem distanciamento, já que está mergulhada na experiência coletiva em que tudo e todos estão implicados” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 19). Se todo conhecimento é implicado, a cartografia comporta uma forma de conhecimento que acompanha os processos de constituição, inerentes à experiência (PASSOS; BARROS, 2015).

Tratando-se de processos de construção semiótico-material de sentidos, a cartografia “tem como desafio desenvolver práticas de acompanhamento de processos inventivos e de produção de subjetividades” (BARROS, L.; KASTRUP, 2015, p.56). Desta forma, não há uma coleta de dados, mas sim uma produção de dados (KASTRUP, 2015) a partir do acompanhamento de acontecimentos.

A produção apresentada aqui concentra alguns fatos e acontecimentos, registrados pela mídia ou por usuários/as, que pretendem demonstrar os vieses lesbofóbicos presentes em diferentes plataformas. O passo-a-passo consiste na observação e no acompanhamento de fatos e fenômenos que rodeiam a (des)centralidade desse sujeito ser-lésbica e suas ressonâncias nas tecnologias digitais.

O mapa, esse traçado almejado a partir da cartografia, é também visto aqui “como gerador de processos de subjetivação, como parte das tecnopolíticas” (DESOTO, 2017, p.176). Assim, como o processo cartográfico das tecnopolíticas que envolvem as lesbianidades, em um primeiro momento, apresenta a figuração[[4]](#footnote-4) das rebuceteias (MOTTER, 2020b) enquanto um enredamento positivo de comunicação, conectividade e um processo coletivo de subjetivação, esta proposta sequencial de mapeamento pretende dar continuidade à busca de uma proposta de tornar-mais-nítidos alguns dos processos opacos (re)mediados por tecnologias digitais.

O mapa, essa complexa rede de espaço-tempo-território-subjetividade, admite o inacabado e o fragmentado enquanto parte dos resultados em um contexto em que, por um lado, acontecem processos disruptivos e emancipadores por um lado e, simultaneamente por outro, processos que mascaram, por exemplo, uma lesbofobia engendrada de tal forma em nossas estruturas sociais, ao ponto de ser assimilada enquanto uma mera falha. Através da apresentação das descobertas e dos percursos produzidos, em formas de categorias (Tabela 1), é possível visualizar aqui o que, acredito, possa e deva ser chamado de lesbofobia algorítmica. Pretende-se demonstrar, portanto, que não são apenas episódios isolados, mas toda uma rede de acontecimentos-estruturas que podem ser úteis para pensar outros fatos que podem ser desvelados no futuro.

**3 ALGORITMO LESBOFÓBICO OU LESBOFOBIA ALGORÍTMICA**

Controvérsias relacionadas à censura de conteúdos LGBTI[[5]](#footnote-5) online, foram apontadas em estudos que demonstram o quanto “esses sistemas de classificação de conteúdo e as respostas das plataformas às críticas públicas operam como tecnologias produtoras de normas” (SOUTHERTON et al., 2020). Demonstrando a existência de outras expressões normativas que não a censura explícita, assim como outros tipos de rastros digitais a serem mapeados, que corroboram uma diversidade de estratégiasque impõem, como horizonte, a cisheteronormatividade[[6]](#footnote-6) enquanto único imaginário-realização possível.

As tecnologias digitais, desde o momento de sua produção, já reproduzem relações de poder e opressão existentes em nossas sociedades (SILVA, 2020a), isto porque as tecnologias digitais não constituem um mundo à parte. Esta concepção imaculada da evolução tecnológica e científica, da conectividade, da modernização, foi intencionalmente engendrada na construção histórica dos discursos sobre os avanços científicos e tecnológicos e reforçada pela ideia de *online* e *off-line* enquanto mundos separados e até, em alguma medida, ambivalentes.

A internet, por exemplo, surge e é marcada em vários momentos como um lugar supostamente democrático e de igualdade, mas fica nítido que ela não escapa das relações de poder, opressão e contradições já próprias da sociedade (NATANSOHN, 2013). As desigualdades estão presentes no processo de elaboração da internet e de suas políticas, na falta de regulação, na distribuição do acesso, na propagação de discursos de ódio, na concentração de poder, etc. O contexto em que a produção tecnológica — e o próprio monopólio — se insere faz com que já exista, a priori, o favorecimento de um ﻿ “treinamento enviesado de sistemas” que não apenas pressupõe uma tendenciosidade, mas que “intensificam discriminações e opressões” (SILVA, 2020a, p.124) em um mundo profundamente marcado por essas violências materiais e simbólicas em todas as esferas.

É assim que, baseada no trabalho sobre racismo algorítmico empreendido por Tarcizio Silva (2020a; 2020b), na construção de uma Linha do Tempo do Racismo Algorítmico (SILVA, 2020b) e, também, na proposta de ﻿Taxonomia do Racismo Online (SILVA, 2020a apud TYNES ET AL, 2019), acredito que seja possível ampliar essas demonstrações teóricas, mas sobretudo analíticas, para ver como essas tecnologias vêm envolvendo diversos grupos e sujeitos e que é preciso nomear para dar visibilidade, conferir existência e demandar respostas.

O conceito de microagressões de Pierce (SILVA, 2020 *apud* PIERCE, 1969; 1970) trazido para discussão, é uma tentativa de compreender e categorizar aquelas violências mais tênues e naturalizadas, que ultrapassam a esfera do explícito, mas que agem de maneira tão ou mais violenta devido às repetições e sutilezas dessas práticas. Assim, ao contrário do que se imagina, “﻿o uso do termo ‘micro’ não se refere necessariamente ao grau de virulência, mas antes a pervasividade” (SILVA, 2020a, p.125).

Entendendo as opressões algorítmicas enquanto microagressões (SILVA, 2020a; TYNES ET AL, 2016) também no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, é possível observar e mapear a lesbofobia algorítmica também a partir da perspectiva das microagressões digitais (SILVA, 2020a), já que este tipo de manifestação não se dá necessariamente de maneira explícita como demonstra Silva (2020a):

Esta abordagem não é suficiente para dar conta dos modos pelos quais indexação, busca e descoberta de mensagens online - sobretudo com a crescente automatização - podem ter impacto na vida e saúde mental de grupos minorizados. Acreditamos que o uso do conceito de microagressões e a consequente taxonomia tentativa de casos documentados pode trazer benefícios à pesquisa sobre racismo algorítmico, através de alguns pontos: realizar a própria construção de taxonomia como exercício reflexivo; servir como ferramenta mediadora de marcação das trajetórias dos debates e casos; e permitir desenvolver categorias tentativas para articulação com o campo (SILVA, 2020a, p.124).

Há uma “importância da discussão e tipologia das microagressões aos estudos de vieses, discriminações e racismo algorítmico” (SILVA, 2020a, p.134). Debater sobre as microagressões online possibilita a desnaturalização sistemática da falácia da neutralidade tecnológica, além de um aprofundamento nos debates sobre a periculosidade desses sistemas automatizados na construção de sentidos sobre as coisas. Assim, torna-se cada vez mais possível confrontar as plataformas e desenvolvedores sobre as respostas que têm sido dadas e o que as máquinas têm aprendido sobre determinados grupos e sujeitos (SILVA, 2020a).

A expressão “algoritmo racista” em contraposição ao “racismo algorítmico”, por exemplo, dá a sensação de que se trata de um algoritmo isolado em um contexto muito específico. A verdade é que não se trata apenas de um sistema de automação, mas de todo um sistema de fazer-saber mundo que reproduz o racismo em todas as suas práticas, incluindo as tecnológicas (BUCHER, 2018; NOBLE, 2018; SILVA, 2020a; ﻿TYNES et al, 2019).

A descrição de alguns tipos de microagressões (SILVA, 2020a), a ﻿Taxonomia do Racismo Online ﻿(﻿TYNES et al., 2019) e, por conseguinte, a tabulação dos ﻿Casos de Racismo Algorítmico (SILVA, 2020a) propõem um percurso a ser seguido no esforço de tipificar outros tipos de discriminações algorítmicas. Assim, primeiro são elencados alguns tipos de microagressões lesbofóbicas, comumente fora do âmbito do visível, a exemplo do discurso de ódio explícito — e, especialmente, entendendo que esse visível das tecnologias digitais ganha uma cobertura através do discurso de imparcialidade maquínica —, em seguida, a categorização dos tipos de microagressões raciais online (TYNES et al., 2019) é transportada para o contexto da lesbofobia e é, por fim, será apresentado um mapeamento dos casos de Lesbofobia Algorítmica (Tabela 1).

**4 TIPOS DE LESBOFOBIAS NAS PLATAFORMAS**

**4.1. Nomeando para dar sentido**

Para além do discurso lesbofóbico explícito, expressado em imagens, vídeos, *memes*, declarações, propagação de discurso de ódio, o esforço aqui está em propor algumas tipificações de microagressões lesbofóbicas a partir do que já foi apresentado anteriormente e do observado em mapeamento. Os tipos de microagressões raciais online são: 1. Deseducação, diz respeito à conteúdos de formação; 2. Microinvalidações, descrédito; 3. Microinsultos, ofensas implícitas; 4. Desinformação, propagação de notícias falsas (TYNES et al., 2019). No decorrer desta parte do trabalho, eles serão utilizados para categorizar os seguintes tipos de microagressões:

*Hipersexualização*: alimenta a ideia de que a sexualidade de mulheres e, especialmente, de mulheres que se relacionam com outras mulheres está à serviço dos homens. Esse tipo de lesbofobia está relacionada à hipervisibilidade negativa (SILVA, 2020a), já que há um grande volume de conteúdos — geralmente visuais —, para além de um grande acesso — resultado de uma busca dos/as próprios/as usuários/as e da alimentação dos sites indexados na produção de conteúdo e no patrocínio dos mesmos —, mas esses conteúdos estão associados à construção de uma imagem violenta e negativa sobre quem são lésbicas e o que são as lesbianidades.

*Invisibilização*: tipo de censura, a repressão está associada a uma tentativa de restringir os espaços, além de controlar os corpos e, inclusive, puni-los em uma espécie de criminalização. Está associado a um esforço de tornar anômalos e abjetos os desejos e vivências fora da cisheternormatividade. Tenta fingir, em vários momentos, que lésbicas não existem ou que sua identidade não é válida ou mesmo perigosa e contagiosa[[7]](#footnote-7) e, por isso, não pode ser visível.

*Deslegitimação*: associada à noção de que lésbicas não são sujeitas legítimas e que, portanto, não devem ter sua permanência assegurada nos espaços. Seus esforços, presenças e contribuições não são reconhecidas. Lésbicas, de modo geral, ao longo da história “experimentaram outros hiatos e suas questões políticas não foram devidamente discutidas” (MARCELINO, 2011, p. 15).

*Normatização*: determina que todas as lésbicas precisam cumprir a um padrão normativo que está mais próximo daquilo esperado e imposto às mulheres. Reafirma a maneira como existem formas mais ou menos aceitáveis de ser lésbica (HALBERSTAM, 2008). Reforça, além da lesbofobia, práticas racistas, transfóbicas, capacitistas, gordofóbicas, classistas, normativas de performances de gênero, entre outras.

A partir dessa proposição de uma tipificação inicial do que podem ser as microagressões lesbofóbicas, apresentamos uma tabela dos casos de lesbofobia algorítmica mapeados:

**Tabela 1 -** Casos de Lesbofobia Algorítmica

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Caso de Lesbofobia Algorítmica | Microagressão | Categoria |
| Google associa termo “lésbica” à pornografia (MOTTER, 2018) | Todas; | Hipersexualização;  Normatização; |
| Twitter não verifica perfis de lésbicas negras influentes[[8]](#footnote-8) | Microinvalidação; | Deslegitimação; Normatização; |
| Facebook censura foto de lésbicas encostando a testa[[9]](#footnote-9) | Microinvalidação;  Microinsulto; | Invisibilização;  Normatização; |
| Bot afirma que “realmente odeia lésbicas”[[10]](#footnote-10) | Microinsulto; | Deslegitimação; |
| YouTube coloca em “Modo Restrito” conteúdos lésbicos e LGBTI[[11]](#footnote-11) | Microinsulto;  Microinvalidação;  Deseducação;  Desinformação; | Deslegitimação; Invisibilização; |
| Tumblr caracteriza conteúdos lésbicos e LGBTI enquanto sensíveis[[12]](#footnote-12) | Microinsulto;  Microinvalidação;  Deseducação;  Desinformação; | Deslegitimação; Invisibilização; |
| Redes sociais bloqueiam publicações com termos como “sapatão”[[13]](#footnote-13) (FIGUEIREDO; VARON, 2020) | Microinsulto;  Microinvalidação; | Deslegitimação; Invisibilização;  Normatização; |
| Youtubers lésbicas e LGBTI denunciam a rede por não estar monetizando seus vídeos[[14]](#footnote-14) | Microinsulto;  Microinvalidação; | Deslegitimação; Invisibilização; |

**4.2. Acompanhando acontecimentos**

Em agosto de 2020, durante o período que marca o Mês da Visibilidade Lésbica, produtoras de conteúdo lésbicas se organizaram coletivamente para solicitar a verificação de seus perfis em duas plataformas de redes sociais: o Instagram e o Twitter. A verificação, para produtores/as de conteúdo, especialmente aqueles/as envolvidos/as em redes de ativismo e de garantia por direitos, consiste na possibilidade de ter maior segurança garantida pela plataforma no que diz respeito ao uso indevido dos conteúdos publicados, a invasão das contas e mesmo no caso de criação de perfis fakes.

A produtora de conteúdo, pesquisadora e ativista Ana Claudino, do perfil @sapataoamiga, teve sua conta no Instagram clonada por alguém que utilizou suas imagens e dados para seguir usuárias e solicitar informações pessoais. Após divulgar a denúncia por meio de seu perfil, a ativista demandou à plataforma que tomasse alguma atitude em relação à autenticidade de seu perfil e conta:

Essa é minha única conta!!! Criaram um perfil fake meu e estão usando minhas fotos para marcar encontros com lésbicas! Essa pessoa não sou eu! Eu não fico por aí pedindo whatsapp de ninguém e nem tentando encontrar. Tomem cuidado porque pode ser uma pessoa com intenções ruins e até perversas! Já tentei diversas vezes o selo de verificação, mas o @instagram só me ignora! Marquem o Instagram aqui nos comentários, por favor. (CLAUDINO, 2020).

Várias usuárias marcaram o perfil do Instagram em um esforço de mobilização por alteração na política de verificação da plataforma, mas não houve nenhuma resposta ou mudança.

Motivadas por movimentos de verificação no Twitter, como por exemplo, o #verificapcd[[15]](#footnote-15), que buscava, através do selo, mais destaque e segurança para as pessoas com deficiência na plataforma, @sapataoamiga, @pretacaminhao, @afrocaminhao e outras produtoras de conteúdo lésbicas, integrantes da coletiva @brejovirtual, iniciaram, no Twitter, a campanha #verificasapatao. A hashtag pretendia conseguir que perfis de produtoras de conteúdo lésbicas negras, indígenas, trans, PCDs, periféricas, dentre outras, fossem verificadas. Embora a campanha #verificasapatao tenha chegado aos Trending Topics, nenhum dos perfis que demandava o selo foi verificado, ao contrário da campanha #verificapcd, que teve vários perfis verificados, independente do número de seguidores — um critério comumente utilizado para definir a relevância de perfis.

O fato de determinados perfis ou grupos serem verificados mais facilmente do que outros abre questões, não apenas sobre o grau de assimilação ou aceitabilidade de determinados sujeitos e grupos em detrimento de outros — reflexo da cisheteronormatividade, do racismo, da transfobia, do capacitismo, etc. —, mas principalmente sobre a falta de transparência desse tipo de processo dentro das plataformas.

No caso do Twitter, o selo da plataforma tem a função de informar os/as usuários/as sobre a autenticidade daquela conta (TWITTER, 2021). E, por exemplo, para uma conta ser verificada, ela “deve ser notável e ativa”. O próprio Twitter define quais são os “seis tipos de contas notáveis” (TWITTER, 2021) que já foram categorizadas e verificadas pela plataforma. São as contas de: 1. governo; 2. empresas, marcas e organizações sem fins lucrativos; 3. organizações de notícias e jornalistas; 4. entretenimento; 5. esportes e esportes eletrônicos; 6. ativistas, organizadores e outros indivíduos influentes.

Recentemente, o Twitter noticiou que o recurso de verificação na plataforma estará submetido a processos de inscrição pública — cuja periodicidade ainda não foi divulgada —, ou seja, as verificações não poderão mais ser solicitadas a qualquer momento pelos/as usuários/as. As ferramentas de análise do selo, supostamente, passarão por uma revisão dos seus processos para tornar as referências mais democráticas — como considerar o número de seguidores/as de acordo com a região e não com o país, dando a devida proporcionalidade à influência daquele perfil[[16]](#footnote-16).

O selo de autenticidade do Instagram, por outro lado, afirma considerar “diversos fatores durante a análise de contas do Instagram para determinar se elas são de interesse público e cumprem nossos critérios de verificação” (INSTAGRAM, 2021). Segundo informações disponíveis na Central de Ajuda do Instagram, para receber o selo a conta precisa, primeiro, estar de acordo com os Termos de Uso e as Diretrizes de Comunidade, para só então responder aos seguintes critérios: ser autêntica; única; completa e notável.

No caso do Instagram, receber o selo de autenticidade “significa que o Instagram confirmou que uma conta é a presença autêntica da figura pública, da celebridade ou da marca global que representa” (INSTAGRAM, 2021). Para o Instagram, uma conta notável é uma conta que “deve representar pessoas, marcas ou entidades famosas e muito pesquisadas. Analisamos contas que aparecem em várias fontes de notícias” (INSTAGRAM, 2021).

Em setembro de 2020, a plataforma de rede social afirmou que trabalharia para incluir mais indivíduos de grupos minorizados dentre os/as detentores/as de seu selo. O que tornaria o processo mais transparente, menos relacionado ao número de seguidores de um determinado perfil e mais associado a critérios externos de relevância ou representatividade, como presença em artigos jornalísticos[[17]](#footnote-17).

Além dos aspectos de segurança citados anteriormente, é sabido que plataformas como o Instagram tendem a impulsionar o conteúdo de contas com o selo de autenticidade. Ação que é almejada por aqueles/as que produzem conteúdos, divulgam outros tipos de trabalhos, ou disseminam informações para as redes sociais, para quem o selo tem uma importância política, como são no caso do trato de temáticas LGBTQI que, por exemplo, não encontram o mesmo espaço em vários dos pontos de difusão de discursos hegemônicos.

A definição de interesse público e de influência elencadas pelas plataformas são desconhecidas, porque vários critérios podem vir a ser utilizados para medir esse tipo de questão, que é essencialmente subjetiva — embora vários campos se detenham a estudar interesse público. Para além disso, tais critérios são o fruto e a mais-valia das próprias plataformas, atualmente.

A verdade é que o Instagram segue sendo um “um dispositivo privilegiado para mapearmos trajetórias contemporâneas em disputa nas relações entre olhar, tecnologia, imagem, economia e subjetividade” (BENTES, 2018). Justamente por isso, os acontecimentos que se desenrolam na plataforma dizem muito sobre a maneira como as plataformas de redes sociais, em geral, têm (re)mediado processos.

Vale destacar que, plataformas de redes sociais são compreendidas, aqui, enquanto contextos controlados e estruturados por algoritmos, que compreendem e viabilizam fenômenos sociais (VAN DJICK; POELL e WAAL, 2013; LUPTON, 2014; GILLESPIE, 2018), além de abrirem possibilidades de envolvimento, entre perfis e usuárias/os, e com as próprias plataformas.

Historicamente, as narrativas das lesbianidades são cercadas por hiatos, especialmente ao tratar da presença de lésbicas negras, indígenas, trans, periféricas, de pessoas com deficiência, gordas, etc. Essa invisibilização da multiplicidade das existências e vivências lesbianas também resvala nas tecnologias digitais e é, novamente, mediada pelos algoritmos de algumas plataformas, que respondem[[18]](#footnote-18) às lesbianidades de diferentes formas. Usuárias que correspondem a um determinado padrão tradicionalmente criado do que deve significar ser lésbica — são exemplos: ser branca, performar feminilidade mais próxima da norma, ter condições financeiras, estar no eixo Sul-Sudeste do Brasil, ser cisgênero — têm mais facilidade de serem verificadas/autenticadas pelas plataformas.

Outros exemplos tocam no que diz respeito à censura automatizada de termos e imagens relacionadas às lesbianidades[[19]](#footnote-19), ressaltando a crença de que a publicização das lesbianidades — das existências LGBTQI, de modo geral — pode causar mal, ferir políticas de uso e segurança, estar associadas à pornografia, nudez, incitação à violência — conforme afirmam funcionar os termos de uso e políticas de permanência das plataformas de redes sociais.

A fetichização dos corpos lésbicos através da pornografia é uma resposta comum dos buscadores (MOTTER, 2018) e já foi motivo de diversas manifestações de desagrado. Como exemplo, observa-se a campanha a #SEOLesbienne[[20]](#footnote-20), que aconteceu no Twitter em 2019, e foi responsável por impulsionar a Google a rever o *Search Engine Optimization* de seu buscador, alterando o funcionamento de sua ferramenta de pesquisa e, dessa forma, também a apresentação de resultados (MOTTER, 2020a).

Outros buscadores, como do Bing, Yahoo e mesmo do YouTube (ZILLER et al., 2019) frequentemente apresentam resultados pornográficos.

Buscadores de informação, websites e imagens são uma tecnologia essencial para o uso contemporâneo da internet por pessoas comuns e profissionais. Em grande medida, indicadores mostram que a maior parte das pessoas não navega por muitas páginas, focando nos primeiros resultados. Portanto, a ordem dos resultados – definida algoritmicamente – tem papel relevante na reprodução de representações e acesso a informações consoantes ou dissonantes de olhares hegemônicos ou contra-hegemônicos (SILVA, 2020a, p.132).

Os buscadores são a fonte de conhecimento da contemporaneidade (GILLESPIE, 2018). Não por serem necessariamente acessíveis, rápidos ou fáceis de utilizar, mas pela credibilidade dada a esses oráculos, que processam centenas de milhares de dados em segundos e apresentam em sua mão aquilo que você busca de maneira resumida e didática.

De acordo com pesquisa de mercado publicado pela comScore, em novembro de 2009, o Google era o motor de busca dominante no mercado dos Estados Unidos, com uma quota de mercado de 65,6% e em 2018, Google processa pelo menos 5,5 bilhões de consultas por dia, 63 mil por segundo, cerca de 87% das pesquisas online em todo o mundo (WIKIPÉDIA, 2021).

Ante a plataformização da vida, também é possível observar a articulação de indivíduos com, e a partir de, os dispositivos e as plataformas, a fim de produzir sentidos sobre si mesmos, visto que as/os sujeitas/os são ambas/os produtos e consumidoras/es, nesse contexto (LUPTON, 2014). Dessa forma, plataformas não são somente estruturas capazes de refletir o social, mas ainda, de (re)produzir o social e seus dilemas do cotidiano (VAN DJICK, JOSÉ; POELL, THOMAS; WAAL, 2013).

E por que tudo isso importa? Porque algoritmos não apenas criam movimentos e devires, mas principalmente quando em buscadores ou em outras fontes de conhecimento, ajudam ou acabam por estabilizar sentidos e/ou informações sobre determinados sujeitos ou assuntos. A perpetuação de discursos de violência a partir da pornografia, que costumava ser o resultado principal do buscador da Google e, em contrapartida, uma movimentação social, como a campanha #SeoLesbienne, para a mudança nesse tipo de resposta algorítmica, demonstram não só a falsa neutralidade tecnológica que blinda ainda as plataformas, mas também a importância dos usuários na reformulação, no aperfeiçoamento e na constante vigilância desses algoritmos, cada vez mais presentes. A pornografia não responde e nem pode responder ao que são lésbicas. Primeiro, porque a violência e a objetificação não podem ser o meio de definição para essas sujeitas. Segundo, porque não há uma resposta universal para quem são as lésbicas. Ainda há muito o que acompanhar nas respostas geradas das diversas plataformas sobre as lesbianidades: tiraram a pornografia, mas o que virá depois? (MOTTER, 2020a, p.18)

Há uma opacidade algorítmica que media não apenas as (in)visibilidades provocadas por esses sistemas, mas também as consequências que elas têm em nossas sociedades (SILVA, 2020a), sendo que muitas dessas consequências ainda são imensuráveis ou estão ainda por vir. Os casos apresentados têm a heterossexualidade compulsória e a cisnormatividade — a cisheteronormatividade — como modelos de comportamento, moral e corporeidades, (re)mediados e impulsionados, também, por essas tecnologias digitais e de automação.

**5 CONCLUSÕES**

Observar, descrever e, quando possível, nomear. Isto porque a taxonomia ajuda a dar sentido coletivo para vários fenômenos e demandar respostas, ao considerar que a “taxonomia é a ciência da identificação” (BICUDO, 2004). Toda nomeação pressupõe uma exclusão, isso significa que estamos falando de um processo de continuidades, onde ainda há muito a ser (re)produzido e mapeado. O presente trabalho, neste sentido, pretende muito mais abrir caminhos do que fechá-los.

Tecnologias digitais (re)criam regimes de visibilidade (FOUCAULT, 1987) que instituem modos de fazer ver e as coisas que são ou não vistas. Afinal, as (in)visibilidades fazem parte de um jogo de poder (FOUCAULT, 1987). Essa curadoria algorítmica do visível (BENTES, 2019), o grande produto e mercado das plataformas digitais, abre questões tais como: de quais formas as diferentes plataformas têm produzido as lesbianidades? Como as plataformas têm sido produzidas a partir das lesbianidades? Isto, entendendo que artefatos tecnológicos e práticas sociais se coproduzem (D’ANDRÉA, 2020) o tempo inteiro.

Plataformas são espaços controlados, desenhados para incitarem e preverem comportamentos e é por estes e outros motivos, que plataformas e algoritmos precisam ser uma preocupação social (BUCHER, 2018) e trazer à tona questões a serem discutidas coletivamente em variados espaços. E se “rede é o movimento da associação, do social em formação” (LEMOS, 2013, p.35), os usuários e suas práticas também são fundamentais nos estudos sobre os processos de plataformização e suas consequências, já que as práticas culturais e institucionais estão inter-relacionadas nesse contexto (POELL; NIEBORG, VAN DJICK, 2020).

É de extrema importância, ainda, destacar que as discussões não podem ser limitadas a um tecnodeterminismo, esquecendo dos contextos sociais e econômicas e, sobretudo, livrando os/as usuários/as da responsabilidade daquilo que é consumido e/ou demandado das plataformas. As estruturas se baseiam em determinados vieses e lógicas desde sua concepção, mas as práticas também são responsáveis por alimentar grande parte das tendências. Nomear é um passo na direção de tornar público e demandar outras respostas. Mas, ainda, repensar os usos e apropriações que têm sido feitos das plataformas, e das demais tecnologias digitais, também é parte fundamental de um caminho complexo e cheio de variáveis.

Um outro ponto a ser destacado é que quando falamos do silêncio das plataformas diante de solicitações de verificação de usuários/as vulnerabilizados/as socialmente, ou mesmo de conteúdos pornográficos como resposta dos buscadores, estamos falando de dois aspectos diferentes dos jogos de (in)visibilidades: um que diz muito sobre a invisibilidade em si, mas outro que expressa a hipervisibilidade negativa (SILVA, 2020a). Ambas as demonstrações, à sua maneira, consistem em microagressões digitais e ajudam a perpetuar e naturalizar violências já existentes em nossas sociedades, mas que são (re)produzidas em novos contextos.

Compreender como essas (in)visibilidades têm sido (re)produzidas através da nomeação e de processos metodológicos arriscados — como a cartografia — é uma maneira de conferir existência a determinados fenômenos que não têm repercussão ou legitimidade nos discursos hegemônicos (SILVA, 2020a; 2020b). Fenômenos que provocam efeitos que são parte do inquantificável da subjetividade.

Para trabalhos futuros, é de grande importância expandir o mapeamento: acompanhar com atenção os resultados dos buscadores — se não for a pornografia, o que será? —, as denúncias dos/as usuários/as nas plataformas, as respostas de inteligências artificiais. O presente trabalho reside no esforço de desnaturalizar o que já é automático — dentro e fora das tecnologias digitais —, como os discursos lesbofóbicos profundamente engendrados e implícitos. Observar, descrever e, quando possível, nomear a lesbofobia algorítmica, porque trata-se de um problema coletivo a ser enfrentado no presente.

# Referências

BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. P. 52 – 75. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA L. da. (orgs). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BENTES, A. **A gestão algorítmica da atenção: enganchar, conhecer e persuadir**. In: POLIDO, F. B. P.; ANJOS, L. C.; BRANDÃO, L. C. C. (org.). Políticas, internet e sociedade. Belo Horizonte: IRIS, 2019.

BENTES, A. **MediaLab UFRJ » Quase um tique: economia da atenção, vigilância e espetáculo a partir do Instagram**. 19 jun. 2018. Disponível em: <http://medialabufrj.net/projetos/quase-um-tique-economia-da-atencao-vigilancia-e-espetaculo-a-partir-do-instagram>. Acesso em: 1 jun. 2020.

BICUDO, Carlos E. de M. Taxonomia. **Biota Neotrop.**, Campinas,  v. 4, n. 1, p. I-II, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1676-06032004000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov.  2020.

BUCHER, T. **If... then: Algorithmic power and politics**. Oxford University Press, 2018.

CLAUDINO, A. (sapataoamiga). Rio de Janeito, 26 de junho de 2020. **Instagram: usuário Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CB6pqZSp\_fQ/>. Acesso em: 8 ago. 2020.

D'ANDRÉA, C. Para além dos “dados coletados”: políticas das APIs e mediações algorítmicas nas plataformas de mídia social. **Anais da XXIX Compós**, Campo Grande, 2020. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\_arquivo\_SARKMWQPI3PB37HE1626\_30\_8377\_21\_02\_2020\_12\_34\_47.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2021.

DESOTO, P. Os mapas do #15M: a arte da cartografia da multidão conectada | The 15M maps: the connected multitude art of cartography. **Liinc em Revista**, v. 13, n. 1, 6 jun. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3764>. Acesso em: 4 dez. 2020.

FIGUEIREDO, I.; VARON, J. **Visibilidade sapatão nas redes**: entre violência e solidariedade. São Paulo: Coding Rights, 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel. Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GILLESPIE, T. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 95–121, 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722>. Acesso em: 3 out. 2020.

HALBERSTAM, J. **Masculinidad Femenina.** Barcelona: Editorial Egales, 2008.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 13 nov. 2020.

INSTAGRAM. Quais são os requisitos para solicitar um selo de autenticidade no Instagram? **Central de Ajuda do Instagram**, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://help.instagram.com/312685272613322?helpref=related>. Acesso em: 18 jan. 2021.

LEMOS, A. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

LUPTON, D. **Digital Sociology**. [s.l.] Taylor & Francis, 2014.

MARCELINO. S. R. S. **Mulher negra lésbica: a fala rompeu o seu contrato e não cabe mais espaço para o silêncio**. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18428/18428\_1.PDF>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MOTTER, J. P. J. A compreensão das lesbianidades a partir do Google. p. 10 – 21. In: IANTAS, I. C.; TAKASHIMA, K. T. K.; SOUZA, K. A. P. de; SILVA, M. F da. (orgs.). **Resistência LGBTI+**: caderno de trabalhos [meio eletrônico]. COR.LGBTI, 2020. Disponível em: <https://corlgbti.files.wordpress.com/2020/12/resistencia-lgbti\_-caderno-de-trabalhos.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2021.

MOTTER, J. P. J. **Falar do ódio fora do ódio: testemunho de ativistas lésbicas sobre o discurso de ódio nas redes sociais**. 2018. 89 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MOTTER, J. P. J. Rebuceteias: conectividades lésbicas em tempos de Covid-19. *In*: ENCONTRO VIRTUAL DA ABCIBER, 2020, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: ABCiber, set. 2020. Disponível em: <http://abciber.org.br/simposios/index.php/abciber/virtual2020/schedConf/presentations?searchInitial=M&track=>. Acesso em: 20 jan. 2021.

NATANSOHN, L. G. (Org.). **Internet em código feminino**. Teorias e práticas. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2013.

NOBLE, S. U. **Algorithms of oppression: How search engines reinforce** **racism**. NYU Press, 2018.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. p. 17- 31. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA L. da. (orgs). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

POELL, T.; NIEBORG D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**. V. 22, Nº 1 - janeiro/abril 2020.

SILVA, T. “Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código”. In: SILVA, T. (ED.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: Editora LiteraRUA, 2020a.

SILVA, T. Linha do Tempo do Racismo Algorítmico. **Blog do Tarcízio Silva**, 2020b. Disponível em: <http://https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>. Acesso em: 13, nov. 2020.

SOUTHERTON, C. et al. Restricted modes: Social media, content classification and LGBTQ sexual citizenship. **new media**, p. 19, 2020.

SUE, D. W. et al. Racial microaggressions in everyday life: Implications for clinical practice. **American Psychologist**, v. 62, n. 4, p. 271–286, 2007.

﻿TYNES, B. M.; LOZADA, F.T.; SMITH, N.A.; STEWART, A.M. From racial microaggressions to hate crimes: A model of online racism based on the lived experiences of adolescents of color. **Microaggression Theory**: Influence and Implications, p. 194-212, 2018.

TWITTER. Perguntas frequentes sobre verificação. **Central de Ajuda do Twitter**. 18 jan. 2021. Disponível em: <https://help.twitter.com/pt/managing-your-account/twitter-verified-accounts>. Acesso em 18 jan. 2021.

VAN DIJCK, J; POELL, T; WAAL, M. D. **The Platform Society**. New York: Oxford University Press, USA, 2018.

WIKIPÉDIA. **Google**. 25 jan. 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Google>. Acesso em 25 jan. 2021.

ZAMBENEDETTI, G.; DA SILVA, R. A. N. Cartografia e genealogia: Aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Psicologia e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 454–463, 2011.

ZILLER, J.; CARVALHO, F.V.; LAMOUNIER, G.; FACHARDO, I. R. J.; HOKI, L.; TEIXEIRA, L. P. F.; MORENA, M.  Lesbianidades em rede: visibilidades e invisibilidades no YouTube. In: LAVITS, 2020, Salvador. **Anais eletrônicos**. Salvador: Lavits, set. 2019. Disponível em: <http://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Ziller\_et\_all-LAVITISS-2019.pdf>. Acesso em: 3 out. 2020.

1. 1Artigo apresentado ao Eixo Temático 9: Afetos, sexualidades e tecnologias: redes de controle e insurgência, do XI Simpósio Nacional da ABCiber. [↑](#footnote-ref-1)
2. 2 Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da Universidade Federal da Bahia - UFBA, pertence ao grupo de pesquisa de Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (Gig@), juliannamotter@gmail.com; [↑](#footnote-ref-2)
3. Muito tem sido falado e produzido sobre a mediação das tecnologias digitais na fabricação/produção de fatos e fenômenos sociais. O termo “remediado” aqui pretende abrir uma brecha para discussão do caráter paliativo creditado a essas tecnologias de que, por exemplo, elas podem salvar ou resolver ou solucionar os problemas correntes dos indivíduos e da própria humanidade. Essa noção salvacionista acrítica das tecnologias digitais e dos processos de plataformização e datificação tem sido apontada como um equívoco, e mesmo como uma armadilha, por autoras como Donna Haraway em sua obra *Seguir con el problema. Generar parentesco en el Chthuluceno* (Bilbao: Consonni, 2019). [↑](#footnote-ref-3)
4. O termo “figuração” é utilizado aqui no sentido considerado por Donna Haraway (1993), como o esforço em tornar-visível algo/alguma coisa/alguém. Ver: HARAWAY, Donna. O humano numa paisagem pós-humanista. **Estudos Feministas**. n.2, 1993. [↑](#footnote-ref-4)
5. Embora não seja uma questão central no trabalho, opta-se aqui pelo o uso da expressão LGBTI para referir-se aos sujeitos e coletivos que se incluem nos movimentos de sexualidades e gêneros dissidentes, que têm se expressado e configurado de maneiras distintas desde o seu surgimento e atuações em diferentes espaços e territórios. A expressão escolhida está de acordo com o fixado pela Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e acredito que, em termos de produção acadêmica, quando não for o objetivo construir um debate aprofundado sobre o termo utilizado para referir-se ao movimento, é prudente eleger aquele que tem sido utilizado na construção de políticas públicas. Com isso, não é pretendido o apagamento ou a invisibilidade de outras identidades ou (des)identificações, mas a simplificação de um debate extremamente delicado e complexo, cuja necessidade não é central para compreensão do uso do termo no trabalho. [↑](#footnote-ref-5)
6. O termo “cisheteronormatividade” se ao complexo jogo de poder que impõe aos corpos não apenas a heterossexualidade compulsória (RICH, 1980), mas também o cissexismo ou a cisnormatividade enquanto padrões de gênero e performance a serem cumpridos. Para maior aprofundamento na discussão, sugere-se a leitura do artigo *Cisheteronormatividade como instituição total* (ROSA, 2020). [↑](#footnote-ref-6)
7. “O ódio às lésbicas existe como parte integrante do patriarcado uma vez que elas são consideradas mulheres que não se submetem às normas heterossexuais que recorrentemente possibilitam a dominação masculina sobre as mulheres heterossexuais. A constatação de que as lésbicas não estão sujeitas a certos poderes exclusivos dos homens e que permeiam a relação deles com a maior parte das mulheres também pode ser motivadora de lesbocídios. Nestes casos, lésbicas são vistas como indomáveis e, portanto, perigosas” (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 20). [↑](#footnote-ref-7)
8. “Alô, @TwitterBrasil, @verified, @MomentsBrasil: Como assim vocês ainda não verificaram a primeira artista da MPB a falar publicamente com naturalidade sobre ser sapatão em plena na ditadura militar? @lecibrandao #verificasapatao”. Disponível em: <https://twitter.com/Sapataoamiga/status/1290347641784737794>. [↑](#footnote-ref-8)
9. Disponível em: <https://dentrodomeio.com.br/mundo/facebook-censura-foto-de-lesbicas-encostando-as-testas/>. [↑](#footnote-ref-9)
10. Disponível em: <https://www.inputmag.com/culture/south-korean-chatbot-lee-luda-killed-off-for-spewing-hate>. [↑](#footnote-ref-10)
11. Disponível em: <https://twitter.com/YouTubeCreators/status/843613347367079937>. [↑](#footnote-ref-11)
12. Disponível em: <https://www.engadget.com/2017-06-25-tumblr-fixes-safe-mode-issue-lgbtq.html>. [↑](#footnote-ref-12)
13. Um outro exemplo aconteceu na Austrália com o termo *dyke*, que é comumente traduzido como *sapatão*. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2017-07-06/facebook-banning-algorithims-block-lesbians-from-using-dyke/8676284>. [↑](#footnote-ref-13)
14. Disponível em: <https://www.vox.com/culture/2019/10/10/20893258/youtube-lgbtq-censorship-demonetization-nerd-city-algorithm-report>. [↑](#footnote-ref-14)
15. PCD é a abreviação utilizada para Pessoas com Deficiência. [↑](#footnote-ref-15)
16. “Twitter dá detalhes sobre novo processo de verificação de conta”. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2020/12/18/noticias/twitter-da-detalhes-sobre-novo-processo-de-verificacao-de-conta/?gfetch=2020%2F12%2F18%2Fnews%2Ftwitter-gives-details-about-new-account-verification-process%2F>. Acesso em: 3 jan. 2021. [↑](#footnote-ref-16)
17. “Instagram revisa critérios de ‘verificação’ para incluir minorias”. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/177567-instagram-revisa-criterios-verificacao-incluir-minorias.htm>. Acesso em: 7 jan. 2020. [↑](#footnote-ref-17)
18. O uso do termo “respondem” tem a ver com o fato de que as relações com as tecnologias e, especialmente, com as plataformas devem ser pensadas na lógica do *input* e do *output*, entendendo que solicitamos/perguntamos (*input*) coisas e recebemos [↑](#footnote-ref-18)
19. “Facebook censura foto de lésbicas encostando as testas” no site DentroDoMeio. Disponível em: <https://dentrodomeio.com.br/mundo/facebook-censura-foto-de-lesbicas-encostando-as-testas/>. Acesso em: 18 jan. 2021. [↑](#footnote-ref-19)
20. “Palavra lésbica ‘pertence a nós’, diz criadora de campanha para corrigir algoritmo do Google”. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/lesbica-google-entrevista\_br\_5d517ab5e4b0c63bcbeb1d91>. Acesso em: 2 ago. 2020. [↑](#footnote-ref-20)